

Contratos Covid-19 serão integrados na administração pública até final do ano

O Governo dos Açores prometeu integrar, até ao final do ano, na administração pública regional os trabalhadores dos hospitais e unidades de saúde contratados para o combate à pandemia da covid-19.

“É certo que o governo já iniciou o processo e é certo que esse processo, finalmente, até ao final deste ano, seguramente, estará concluído e todos os trabalhadores elegíveis serão integrados na administração pública regional”, adiantou a secretária regional da Saúde e Segurança Social.

Mónica Seidi falava durante o plenário da Assembleia Regional, na Horta, a propósito de uma iniciativa do BE que pretendia a criação de um “regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego no Serviço Regional de Saúde”, que acabou por ser retirada pelo proponente.

Em causa estão cerca de 536 profissionais dos centros de saúde e hospitais da região, de acordo com o texto da iniciativa do BE, que cita dados do executivo açoriano.



O deputado do Bloco António Lima considerou que o diploma do partido, “apresentado no início da legislatura, foi o motor para o Governo Regional agir”.

“Não seria pelo Governo Regional de direita que estes trabalhadores teriam estabilidade, mas não esquecer os que durante este período perderam o emprego”, realçou.

A deputada do PSD/Açores, Sabrina Furtado, acusou o BE de ser um dos promotores do atraso na integração daqueles trabalhadores devido ao chumbo do Orçamento para 2024.

O socialista José Toste alertou que a integração dos contratos covid-19 poderá criar uma “situação de injustiça com trabalhadores con-

tratados em momento anterior” à pandemia da covid-19 e que ainda não viram o contrato regularizado.

Por seu lado, a deputada do Chega Olivéria Santos disse ser “fundamental reforçar a contratação de novos profissionais de saúde”, enquanto João Mendonça, do PPM, evocou as medidas do Governo Regional para a valorização das carreiras na saúde.

Pelo CDS-PP, Pedro Pinto avisou que a “vulgarização dos mecanismos extraordinários” de integração de trabalhadores não pode ser “a regra”.

Já o liberal Nuno Barata defendeu a importância de se cumprirem as regras de admissão à função pública porque as “regularizações extraordinárias são um perigo para a democracia”.

Na sexta-feira, o SINTAP considerou, em comunicado enviado às redações, que estão “finalmente” criadas as condições para a regularização extraordinária dos trabalhadores admitidos no Serviço Regional de Saúde ao abrigo de contratos covid-19, após um despacho da secretaria regional das Finanças.

Telessaúde vai ser incrementada na Região

Foi ontem publicado em Jornal Oficial o Plano Operacional da Telessaúde para o Serviço Regional de Saúde (SRS) da Região Autónoma dos Açores - o documento tem por objetivo a definição de uma estratégia que permita atualizar a operacionalização estruturada da telessaúde na região.

Mónica Seidi, Secretária Regional da tutela, considera que “as teleconsultas, bem como a telemonitorização, atendendo à dispersão arquipelágica, são mais um passo para facilitar a acessibilidade aos cuidados de saúde primários e especialidades médicas do SRS”.

Nesse sentido, prossegue, “era necessário dar um novo impulso a esta vertente da prestação de cuidados de saúde, uma vez que a telemedicina nunca tinha sido regulamentada no passado”.

O Programa do Governo Regional expressa a intenção de continuar a aposta nas consultas de telemedicina e no processo de digitalização do setor da saúde, de modo a conseguir um aumento de complementaridade e sinergias entre as instituições do SRS.

O documento ontem publicado define vários conceitos base, assim como um modelo de interação e organizacional. Está ainda previsto que cada instituição de saúde apresente um coordenador local para o programa, assim como um sistema de incentivos para a prática da telessaúde que integre os indicadores contratualizados com as unidades de saúde do SRS.

A Secretária Regional avança também que “em inícios de setembro, foram realizadas um total de 4.098 teleconsultas



nas unidades de saúde de ilha da Região, e 9.154 nos três hospitais”.

A governante lembrou ainda que “os equipamentos para a realização destas teleconsultas são essenciais do ponto de vista da sua qualidade, pelo que através

do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foi possível fazer uma renovação dos mesmos nas várias instituições do SRS”, num valor que ascendeu aos 100 mil euros.

E prosseguiu: “teremos melhores condições técnicas para que a comunicação entre os clínicos e os seus pacientes seja de maior qualidade, com um melhor entendimento entre as partes e criando um ambiente mais aproximado de uma consulta física, não colocando em causa a relação médico-doente”.

“Para o Governo Regional, em primeiro lugar estão a promoção da saúde e a prevenção da doença. O utente é prioritário e, por isso, continuamos a defender a igualdade de acesso à saúde em todos os concelhos”, conclui Mónica Seidi.

Edifícios licenciados nos Açores estão a aumentar

Os edifícios licenciados nos Açores estão a aumentar face ao mesmo período do ano passado.

De Janeiro a Julho deste ano já foram licenciados 550 edifícios, mais 58 do que o período homólogo do ano anterior.

S. Miguel, Graciosa e Corvo são as únicas ilhas em que se regista um aumento dos edifícios licenciados, com destaque para S. Miguel que aumentou de 263 para 339.

Este aumento representa um contraciclo com o que se passa a nível nacional, em que os licenciamentos estão em queda.

Entre janeiro e junho deste ano, observou-se uma diminuição de 8,9% face ao período homólogo no número de fo-

gos licenciados em construções novas, passando de 17.071 fogos licenciados no primeiro semestre de 2023, para apenas 15.555 alojamentos neste semestre.

De acordo com a Síntese Estatística da Habitação da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), o consumo de cimento no mercado nacional aumentou 2,8% em termos homólogos, totalizando 2.013 mil toneladas.

Relativamente ao licenciamento municipal, nos primeiros seis meses do ano verificou-se uma redução, em termos homólogos, de 8% no total de licenças emitidas para obras de construção nova ou de reabilitação em edifícios residenciais.

Total de edifícios licenciados	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado Homólogo
Açores	2023	64	74	72	58	84	74	66	62	88	75	65	46	492
	2024	65	68	51	82	105	91	88						550
Santa Maria	2023	6	6	-	5	8	-	2	2	5	-	1	2	27
	2024	5	6	5	3	2	-	4						25
São Miguel	2023	36	33	43	31	44	34	42	38	50	43	44	24	263
	2024	40	34	27	57	67	61	53						339
Terceira	2023	10	9	6	6	12	15	9	7	9	4	4	3	67
	2024	8	7	5	11	11	9	11						62
Graciosa	2023	1	2	-	3	-	3	1	-	3	4	4	2	10
	2024	2	4	2	-	1	1	2						12
São Jorge	2023	2	3	4	-	2	2	2	2	1	-	2	-	15
	2024	1	-	1	-	4	6	1						13
Pico	2023	9	15	16	11	12	14	7	10	14	17	9	10	84
	2024	7	15	8	8	16	11	12						77
Faial	2023	-	3	3	2	4	2	3	2	6	5	1	3	17
	2024	2	1	1	1	3	-	3						11
Flores	2023	-	3	-	-	2	4	-	1	-	2	-	1	9
	2024	-	1	2	2	-	2	1						8
Corvo	2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
	2024	-	-	-	-	1	1	1						3